

*Declaração à Imprensa sobre o envio de projeto de Lei ao Congresso Nacional, propondo alterações infraconstitucionais na Previdência Social*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 9 DE MARÇO DE 1995

Pedi à Assessoria de Imprensa que me facultasse esta possibilidade de encontrar a imprensa nacional hoje, aqui, porque eu queria anunciar que estou enviando ao Congresso um projeto de lei com algumas alterações na Previdência Social, não as constitucionais – essas irão a seu tempo –, mas as infraconstitucionais. Com isso, vamos conseguir um conjunto de resultados suficiente para que possamos dar um primeiro passo importante no cumprimento de um antigo compromisso, que é o de melhoria real do salário mínimo.

Durante a campanha eleitoral, o salário mínimo estava em 70 reais, e eu disse que nosso objetivo era pelo menos dobrá-lo. Estamos longe disso, mas acredito que, uma vez aprovada pelo Congresso essa lei, no bojo dela já estará indicado o aumento do salário mínimo, a partir de 1º de maio, para cem reais.

Isso agora poderá ser feito, porque os recursos estão previstos. A alteração no conjunto de leis que define a contribuição para a Previdência permitirá que haja esse aumento. Não se trata, por consequência, simplesmente de um gesto vazio, que você dá com uma mão e tira com a outra, porque, ao não se preverem recursos, como não se previ-

am no projeto que fui obrigado a vetar, não se estava dando nada. Estava-se dando uma dor de cabeça ao Governo e, posteriormente, um incremento da inflação no País.

Mas isso não significa que o Governo não tenha empenho em melhorar a condição de vida, sobretudo das populações mais pobres. Como se sabe, o salário mínimo no Brasil, hoje, é basicamente pago pela Previdência Social. E a Previdência precisa de dispor de recursos para poder prover as pensões, sobretudo dos aposentados, que não são os únicos que recebem salário mínimo; mas a maioria dos que recebem salário mínimo pertence a esse conjunto de brasileiros.

Ainda é um aumento pequeno. Mas não adianta a gente dar mais do que pode, porque, ao dar mais do que se pode, não se dá nada.

Então, eu queria comunicar isso ao País, hoje. Esse aumento é um primeiro passo. Agora, ele é feito sem prejudicar o Plano Real, porque, quando se faz alguma coisa, com a melhor das intenções que seja, mas tendo como conseqüência prejudicar o Plano Real, na verdade não se está fazendo nada de positivo.

Então, hoje estamos pensando no conjunto, estamos pensando em manter, como estamos mantendo, o Plano Real, a inflação sob controle; em não aumentar os déficits. Temos sido bastante rigorosos nessa matéria e continuaremos a sê-lo. Estamos pedindo ao Congresso que apóie, estamos pedindo ao Congresso que, agora, sim, vote de cabeça erguida e sem precisar esperar que o Presidente assuma a posição dura e patriótica de vetar. Agora isso não será necessário, uma vez aprovada a lei. Significa também que estamos continuando no nosso propósito de dar, realmente, às reformas sociais a sua centralidade, a sua importância, porque, para o meu Governo, elas são muito importantes.

Não é só na área do salário. Nós estamos agindo duramente para trabalhar na área educacional, para melhorar as condições de acesso à educação. Estamos fazendo uma campanha de educação para melhorar a qualidade de ensino das crianças. Estamos começando a montar o Programa Comunidade Solidária e vamos, como vocês verão dentro de pouco tempo, realmente atacar aquelas áreas em que há concentração de pobreza. Vamos pedir o apoio, sim, à sociedade, às empresas; vai ser

uma parceria efetiva. De modo que o Governo vai realmente cumprir aquilo que prometeu.

Creio que é uma notícia que a gente pode dar com satisfação: que, sem prejudicar, sem colocar em risco o Plano Real, que é a nossa responsabilidade principal, nós temos condições, aprovada pelo Congresso essa lei, de aumentar o salário mínimo, que, a partir de 1º de maio, terá o valor de cem reais, ultrapassando, portanto, aquilo que se desejava algum tempo atrás, que eram os cem dólares.

E mais ainda. Tenho a satisfação de dizer que esperamos que a cesta básica de consumo continue controlada. Neste momento, ela está em 97 reais. Ou seja, se conseguirmos, como esperamos, manter até maio essa mesma proporção, pela primeira vez teremos, na história do Brasil, depois de muito tempo, um salário mínimo que permita, pelo menos, comprar a cesta básica.

Com isso, o Governo fica feliz de poder dizer que, quando ele toma decisões, como vai continuar tomando, mesmo que possam parecer impopulares, toma-as com responsabilidade; e, quando ele tem condições, responsabilmente ele cumpre o que prometeu e o que o País todo deseja.

Era isso que eu queria comunicar aos senhores e desejo-lhes uma boa tarde.

